

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 3, Número 2, Outubro de 2014

Monarquias parlamentares democráticas

Alfred Stepan, Juan J. Linz e Juli F. Minoves

**Direitos dos homossexuais:
Por que a democracia importa**

Omar G. Encarnación

**O flerte dos nacionalistas russos
com a democracia**

Pål Kolstø

Dossiê Ucrânia

A casa que Yanukovych construiu

Serhiy Kudelia

Sociedade civil e democratização

Lucan Way

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Esta edição do *Journal of Democracy* em Português traz uma novidade em relação às anteriores: a inclusão de um artigo sobre a luta dos homossexuais pelo reconhecimento pleno de seus direitos, inclusive o de se casar com pessoa do mesmo sexo. Esse é um tema em geral ausente das publicações sobre democracia e relações internacionais, o que contrasta com o crescente protagonismo assumido por movimentos LGBTs em vários países. Em seu texto, Omar G. Encarnación recupera a história e o passado recente da luta dos homossexuais nos Estados Unidos, na Europa e, para surpresa de muitos, na América Latina, o Brasil inclusive. As conquistas obtidas deram lugar à reação de setores mais conservadores, alguns abertamente homofóbicos. Mais contida e restrita em países ocidentais, mostra Encarnación, a reação é virulenta em países da África, do Oriente Médio e na Rússia, em geral liderada pelos próprios governos nacionais. Constatado esse contraste entre países não autoritários e países autoritários, o autor explora as razões pelas quais a democracia e os direitos dos homossexuais andam de mãos dadas. Conclui-se tratar de um casamento não isento de tensões, mas no qual os dois cônjuges se reforçam mutuamente: a democracia propiciando as condições para o desenvolvimento das lutas pelos direitos dos homossexuais e estas aprofundando a democracia pela ampliação do alcance dos direitos humanos.

Aparentemente mais sisudo, o artigo sobre como regimes monárquicos podem ou não se tornar democráticos não é menos atual. Escrito por três cientistas políticos, entre eles dois de grande renome, Alfred Stepan e Juan Linz, o artigo avalia algumas monarquias árabes atuais a partir da experiência histórica europeia (sete dos dezesseis países democráticos da Europa com mais de um milhão de habitantes são monarquias). A análise da experiência europeia lhes serve para

identificar cinco fatores que impulsionam ou impedem a passagem de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional e desta para uma monarquia democrática. Das monarquias árabes atuais, as do Golfo surgem como as menos propensas à democratização. Já o Marrocos “diferentemente da Arábia Saudita, (tem) eleições, partidos e parlamento (...) significativos (...) e uma família real (...) pequena e não (...) especialmente poderosa”. Apesar disso, reconhecem os autores, também no Marrocos frustram-se até agora as maiores esperanças da “primavera árabe”.

Segue esta edição com um par de artigos sobre processos e atores políticos na Ucrânia e outro sobre a política na Rússia, temas e países cada vez mais entrelaçados. Ucrainiano de origem, o cientista político Sierhiy Kudelia dissecou o regime de Yanukovitch, analisa a sua queda em fevereiro deste ano e avalia as condições para a consolidação da democracia naquele país. Sua conclusão é de que a Ucrânia já não se amolda mais a um governo autoritário, o que “não significa que uma nova tentativa de construir um sistema democrático duradouro será bem sucedida”. Por sua vez, o também cientista político Lucan Way põe em foco o papel da sociedade civil ucraniana na deposição de Yanukovitch e discute as possíveis contribuições de organizações não governamentais à democratização do país. Way coloca em xeque a ideia de que o ex-presidente tenha sido deposto pela força da sociedade civil ucraniana. Analisando os protestos e a disputa de poder que resultou na mudança de regime na Ucrânia, ele enxerga mais debilidade do que fraqueza na sociedade civil. Faltaria àquele país uma rede de organizações capaz de fazer a diferença na institucionalização democrática do novo regime. Já os grupos mais bem organizados, mobilizados na onda de protestos que varreu o país, gravitam em torno de identidades regionais e políticas excluídas, não raro marcadas pela intolerância. Assim como Kudelia, Way vê mais pontos escuros do que claros no horizonte da democracia na Ucrânia.

O texto que completa o núcleo de artigos desta edição examina o panorama político na Rússia a partir de um ângulo surpreendente. Pal Kolsto, da Universidade de Oslo, identifica a crescente intercessão entre duas vertentes até aqui separadas na política russa: o liberalismo-democrático e o nacionalismo. Nas suas palavras, “não apenas há partes da oposição russa pró-Occidente, liberal e democrática, se aproximando de posições nacionalistas, como muitos nacionalistas russos estão agora preparados para abraçar valores e princípios democráticos, levando a novas constelações políticas”. Sintomaticamente, o título de seu artigo é “O flerte dos nacionalistas russos com a democracia”. Ou seja, se trata de um fenômeno que ainda está em suas etapas preliminares. Se o flerte se tornar namoro firme, o nacionalismo autocrático de Vladimir Putin conhecerá um novo e perigoso adversário. Dadas as posições e pretensões geopolíticas do Kremlin, o tema interessa não apenas àquele país, mas ao mundo em geral e aos vizinhos da Rússia em particular, em especial os antigos membros da União Soviética.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Monarquias parlamentares democráticas*

Alfred Stepan, Juan J. Linz e Juli F. Minoves

Alfred Stepan é professor de Governo na Universidade Columbia e diretor fundador de seu Centro para o Estudo da Democracia, Tolerância e Religião (CDRT). Juan J. Linz (1926–2013) foi professor emérito de Ciência Política e Ciências Sociais da Universidade Yale. Juli F. Minoves é professor-assistente de Ciência Política e diretor-adjunto do Instituto de Estudos Internacionais (ISI) da Universidade de La Verne, Califórnia.

Estudantes do tema da democratização fariam bem em pensar mais sobre a monarquia. Em particular, deveriam prestar mais atenção no papel desempenhado pelas monarquias na evolução da democracia. É sabido que muitas das mais antigas democracias da Europa desenvolveram-se a partir de “monarquias governantes” não democráticas. Na verdade, sete das dezesseis democracias da Europa Ocidental com população de um milhão ou mais são monarquias: Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Noruega, Espanha, Suécia e Reino Unido. E, claro, o Japão é uma monarquia.

Mesmo assim surpreende que, embora historiadores e cientistas políticos tenham produzidos estudos excelentes sobre os países, a política comparada tenha contribuído muito pouco para a análise geral de como as monarquias se movem em direção à democracia.¹ Em particular, a literatura acadêmica sobre transições democráticas oferece poucas obras comparadas sobre as tentativas — tanto fracassadas quanto bem suce-

*Publicado originalmente como “*Democratic Parliamentary Monarchies*”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 2, Abril de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

didadas — de se adotar a plena democratização de monarquias. Oferecer tal perspectiva comparada é uma das tarefas centrais do presente ensaio.

As razões para a omissão são, sem dúvida, inúmeras, mas uma delas pode ser o fato de que das quarenta ou mais democracias que surgiram desde 1973, e que tem sido foco de recentes estudos sobre democratização e transição, apenas a Espanha era uma monarquia. Também há razões conceituais para a omissão.

Muitos dos excelentes relatos históricos de um único país sobre a evolução de monarquias usam implicitamente uma tipologia de duas partes: “monarquias governantes” versus “monarquias constitucionais”. Isso é completamente inadequado para os estudos comparados mais amplos sobre a democratização plena de monarquias. A inadequação existe porque um regime pode ter uma lei básica que constanja o monarca (portanto tornando o regime “constitucional”) e, ainda assim, permanecer não democrático. No Império Alemão, o kaiser tinha que governar constitucionalmente com a câmara baixa “eleita com base no sufrágio masculino, e essa assembleia legislativa gozava de consideráveis poderes orçamentários”.² Ainda assim, o regime não era democrático, já que o kaiser não apenas “indicava pessoalmente (e exonerava) o chanceler e comandava as Forças Armadas, mas também dispunha do direito de convocar e dissolver o parlamento bicameral federal”.³

Propomos, portanto, uma tipologia de tipo ideal composta por três partes, que distingue entre “monarquia governante”, “monarquia constitucional” e o que chamaremos de “monarquias parlamentares democráticas” (ou MPD). Para nós, a característica que define uma MPD é que *apenas* o parlamento livremente eleito forma e encerra o governo. Em uma monarquia constitucional, em contraste, há um forte elemento de dupla legitimidade, na qual o parlamento e o monarca precisam do apoio um do outro para formar ou encerrar um governo. Em contraste ainda maior, em monarquias governantes o monarca frequentemente pode unilateralmente formar ou encerrar o governo.

Além disso, como mostra nossa tabela, cada um desses três tipos vem com seus próprios padrões no que diz respeito ao Estado de direito, restrições constitucionais sobre o monarca, o status do parlamento e a relativa autonomia do judiciário. As profundas diferenças entre “monarquias governantes”, “monarquias constitucionais” e as MPD que a tabela enumera têm o objetivo de deixar claro quão equivocada é, tanto no sentido histórico quanto no analítico, juntar MPD com monarquia constitucional. Essa tipologia de três partes também deve ajudar a focar a atenção de pesquisa nas *mudanças de limite* entre os diferentes tipos de monarquias, em particular a mudança pouco teorizada e, portanto, pouco documentada de monarquia constitucional para MPD.

Essa “mudança de limite”, ao que parece, frequentemente leva mais tempo para ocorrer do que normalmente se admite. A Revolução Gloriosa da Grã-Bretanha (1688–9) levou à deposição do rei Jaime II, com a ajuda do Parlamento e a rápida passagem de uma Declaração de Direitos para limitar os poderes reais. Episódios como esse, e a ampliação do sufrágio iniciada com a lei de reforma eleitoral de 1832, podem passar a impressão de que a Grã Bretanha moveu-se de maneira suave e linear em direção à MPD. Contudo, uma MPD surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial. Em 1885, quando o primeiro-ministro do Partido Liberal, William Gladstone, apoiou o movimento pela autonomia da Irlanda (*Home Rule*), “a hostilidade [da rainha Vitória] não tinha limites. Ela fazia intrigas pelas costas de Gladstone, junto com membros *Whigs* de seu partido, para formar uma coalizão “patriótica” com os conservadores para derrotar a *Home Rule*”.⁴ Após ler a correspondência de 1914 de seu neto George V, Vernon Bogdanor conclui que “não há dúvidas de que o rei acreditava que poderia vetar a legislação e que pretendia fazê-lo no caso da *Home Rule*”.⁵ Apenas a eclosão da Primeira Guerra Mundial naquele ano evitou uma grande crise constitucional, tirando por anos a *Home Rule* da agenda.

Tabela: Três tipos ideais de monarquia em Estados territoriais modernos

<i>Características definidoras de cada tipo</i>	Monarquia governante	Monarquia constitucional	Monarquia parlamentar democrática
Formação ou encerramento de governo	Monarca forma e encerra o governo.	Formação e encerramento de governo necessitam de apoio tanto do monarca quanto do parlamento eleito.	Somente o parlamento eleito de maneira livre forma e encerra o governo.
<i>Conjunto de padrões relacionados característicos de cada tipo</i>	Monarquia governante	Monarquia constitucional	Monarquia parlamentar democrática
Estado de direito	Alguma legalidade, algumas autoridades judiciais, mas em muitas áreas o monarca não está efetivamente limitado por leis externas.	Estado de direito substancial porém incompleto governa a monarquia e o sistema político.	Monarquia, governo, sociedade política e sociedade civil estão sujeitos às leis.
Restrições constitucionais sobre a monarquia	Restrições ao poder podem ainda não estar constitucionalmente vinculadas.	O monarca precisa seguir muitas regras tradicionais ou leis aprovadas pelo parlamento, como as sobre tributação.	Reina, mas não governa.
Status do parlamento	Alguns órgãos coletivos interagem com o monarca em relação ao governo, mas na maior parte das áreas o monarca não está limitado pelo parlamento.	Ampla compartilhamento de poder entre a monarquia e o parlamento, incluindo poder legislativo e de indicação de cargos do governo.	O parlamento age por meio de membros eleitos e exerce poder de governo em nome dos cidadãos.
Autonomia relativa do judiciário e outros órgãos em relação à monarquia	Normalmente parcialmente indicado pelo monarca e servindo às suas vontades.	Juízes e principais servidores públicos normalmente indicados pelo parlamento; uma vez no cargo, gozam de independência do monarca.	O monarca não pode indicar ou exonerar unilateralmente importantes membros do Executivo nem do Judiciário.

O que ajuda ou atrapalha as mudanças de limite monárquico?

Para fins de análise comparada, é possível identificarmos algumas das principais variáveis que contribuem para o fracasso ou o sucesso de transições para uma MPD plena? Fenômenos históricos complexos sempre envolvem muitas variáveis, mas as cinco seguintes parecem possuir um potencial preditivo particularmente bom no que se refere à avaliação das condições que impedem ou facilitam o movimento em direção à MPD. Essas variáveis são:

1. Pressão política. Sem isso, a maior parte dos monarcas governantes permanecerá assim. Quanto maior a pressão política sobre o monarca para tolerar um parlamento e para negociar com seus representantes eleitos ligados a partidos, e quanto maiores as demandas da sociedade e do parlamento por poder político, maiores são as chances de que o monarca será forçado a se tornar um “monarca constitucional”, e terá eventualmente que escolher entre aceitar a MPD ou ser deposto. Mas outras variáveis podem intervir no bloqueio de tais pressões. Incluindo:

2. A família monárquica. As principais distinções aqui são entre o que chamamos de “pequenas famílias monárquicas hereditárias” e “grandes famílias dinásticas governantes”. Na primeira, apenas o monarca tende a ocupar uma alta posição no Estado, portanto tornando a mudança em direção ao constitucionalismo e (eventualmente) à MPD mais provável de acontecer do que no caso de uma grande família real cujos membros ocupam importantes cargos no governo.⁶ Na última, a família controla os principais recursos militares, financeiros e econômicos que fornecem tanto os motivos quanto os meios para manter as prerrogativas dinásticas. Nesse caso, um monarca pessoalmente disposto a ceder poderes para um parlamento pode ser impedido por parentes. Um monarca que governe sozinho, sem uma bateria de parentes espalhados pelo alto comando do poder do Estado, terá

comparativamente uma tendência maior a desmantelar ameaças revolucionárias consentindo com uma reforma, talvez até mesmo a ponto de aceitar uma MPD.

3. Tributar ou não tributar? Um monarca que precise de dinheiro —inicialmente de “nobres”, e depois de uma legislatura — é um monarca vulnerável. De maneira inversa, um monarca com pouca ou nenhuma necessidade de tributar (porque, digamos, as rendas advindas de recursos naturais encham os cofres do Estado) pode ser capaz de financiar serviços de segurança e subsídios públicos em volumes grandes o bastante para manter a paz e adiar qualquer necessidade de tolerar, negociar ou acomodar uma legislatura eleita.

4. Divisões étnicas e religiosas. Se o advento de uma MPD significará mais poder para uma maioria étnica ou religiosa antes marginalizada, e menos para a minoria há muito dominante, a família governante e seus aliados estarão mais inclinados a resistir. Incentivos para a aceitação de uma MPD podem ser mais fortes, no entanto, se uma mudança naquela direção parecer contribuir para pôr fim a ameaças e apaziguar tensões étnicas ou sectárias.

5. Atores internacionais. Um monarca com aliados estrangeiros poderosos que sejam hostis à plena democratização estará menos inclinado a abraçá-la, ou mesmo ceder ao constitucionalismo. Ainda assim, caso o cenário internacional mudar de maneira a tornar os aliados do monarca menos avessos à democracia, o constitucionalismo e mesmo a MPD tornam-se mais prováveis.

A experiência da Europa Ocidental

Todas essas variáveis desempenharam um papel na história da Europa Ocidental. Talvez a mais influente — ora funcionando a favor da MPD, ora contra — tenha sido o clima internacional. Isso era especialmente verdade durante dois distintos “momentos” políticos. O primeiro foi a era da Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas

(1789–1815). Esse quarto de século viu o rei da França ser primeiro deposto e depois decapitado (em 1793), e posteriormente testemunhou a ascensão das repúblicas nacionalistas de base territorial como as novas reivindicadoras da legitimidade de Estado. A era se encerrou com grande parte das famílias reais tradicionais da Europa Ocidental reconquistando seus tronos, mas por um preço: tiveram que concordar com constituições que restringiam alguns de seus poderes, e mudaram a origem de legitimidade do “direito divino” para “a nação”.⁷

Um século mais tarde veio um evento ainda mais célebre para todas as monarquias europeias: a Primeira Guerra Mundial. Esse cataclismo testemunhou a destruição de todas as principais monarquias que o adentraram coroadas e detendo fortes poderes executivos, e o terminaram do lado dos derrotados. As dinastias dos Romanov, dos Hohenzollern e dos Habsburgo foram todas derrubadas (como a otomana). Conflitos étnico-religiosos, agravados pela guerra, alimentaram as chamas que consumiram os impérios multiétnicos czarista e austro-húngaro. No clima nacionalista e democratizante que se seguiu ao fim da guerra em 1918, surgiram das cinzas do reinado dos Habsburgo as repúblicas austríaca, checoslovaca, húngara e eslava meridional surgiram.⁸ O regime czarista da Rússia havia balançado diante de uma importante disputa revolucionária em 1905, e uma década mais tarde viu-se dominado pelas dificuldades trazidas pelo prolongado combate em massa e uma enxurrada de demandas vindas da Polônia, Ucrânia, Bessarábia* e dos Estados bálticos.⁹

Problemas relacionados à etnia e religião também pairavam sobre algumas monarquias remanescentes da Europa. Havia a questão irlandesa no Reino Unido, e também uma questão étnico-nacionalista menos conhecida, porém explosiva, na Dinamarca. Os dinamarqueses haviam adotado uma constituição relativamente liberal em 1849, mas foi somente em 1901 que o rei Christian IX concordou em formar um governo que teria a confiança da câmara baixa nacional eleita. Em

*Nota dos editores: Região que compreendia partes do território da Moldávia e da Ucrânia.

1919, seu neto Christian X declarou formalmente que não formaria nenhum governo sem uma maioria na câmara baixa. No entanto, apenas um ano mais tarde ele não agiu de acordo com sua promessa. O Tratado de Versalhes exigia que a Alemanha e a Dinamarca realizassem plebiscitos no norte e no centro de Schleswig, respectivamente (áreas que a Dinamarca havia perdido para a Prússia em uma guerra em 1864). O norte de Schleswig votou massivamente a favor da volta ao domínio dinamarquês, enquanto no centro de Schleswig o resultado foi o inverso. Christian X ficou ao lado dos nacionalistas dinamarqueses, e ordenou ao Primeiro-ministro que ignorasse a votação do centro de Schleswig e reivindicasse a área para a Dinamarca. Quando o premiê se negou, o rei o exonerou junto com seu gabinete.

Esse último grande choque entre um monarca dinamarquês e o parlamento terminou apenas quando o rei, preocupado com as multidões que protestavam em Copenhague e o exemplo do controle bolchevique na Rússia, aceitou o direito do parlamento de ser a autoridade final a respeito de políticas públicas. Nenhum monarca dinamarquês desde então ousou desafiar um primeiro-ministro liderando uma maioria parlamentar. A Dinamarca finalmente havia se tornado uma MPD. Na Suécia, também, o espectro da revolução desempenhou um papel na ascensão da MPD. O Reino da Suécia tornou-se cada vez mais constitucionalizado após a Primeira Guerra Mundial. Em seu estudo clássico sobre a emergência da democracia sueca, Dankwart Rustow observou que, quando o líder da Câmara Baixa pediu para que o rei Oscar II dissolvesse-a, permitindo uma votação sobre a ampliação do sufrágio e a redução dos poderes de veto da Câmara Alta, eleita de forma menos democrática, ele “recusou-se categoricamente”.¹⁰ Foi somente no contexto ameaçador de 1918 — quando os monarcas alemão e russo haviam sido depostos e os suecos estavam protestando em nome do republicanismo, e até mesmo da revolução — que o filho de Oscar, o rei Gustavo V, consentiu com o sufrágio masculino em ambas as casas e, portanto, na avaliação de

Rustow, finalmente aceitou um “governo ministerial parlamentarista” (ou seja, uma MPD).

A experiência do mundo árabe

Dois fatores têm sido cruciais para manter de pé as monarquias autoritárias do mundo árabe: um é o tamanho e o poder político da família real; o outro é a relativa ausência de tributação. Em contraste, nas monarquias da Europa Ocidental do século XIX, apenas o detentor da coroa (ou um parente próximo desempenhando o papel de regente) ocupava o cargo mais alto do governo, e a primogenitura era a regra de sucessão aceita.¹¹ Isso eliminava qualquer perspectiva de rivalidades intrafamiliares, hostilidades e lutas pelo poder que tanto afligiram os grandes clãs governantes do Oriente Médio e norte da África, onde o rei, ou talvez sua família estendida, pode escolher o sucessor e onde a realeza possui um interesse em bloquear a ascensão de um parlamento livremente eleito que escolhe o primeiro-ministro.

E há também a questão da tributação ou, mais precisamente, a presença ou ausência da necessidade de tributar. Nenhuma monarquia europeia foi um Estado rentista — todas tiveram que arrecadar impostos, com todas as pressões por cooperação entre a coroa e o parlamento que isso implica. Das oito monarquias árabes atuais, em contraste, todas, com exceção da Jordânia e do Marrocos, são “petro-Estados” nos quais o dinheiro do petróleo elimina a necessidade de tributar os cidadãos e disponibiliza aos governantes amplos meios de controlar a sociedade por meio de subsídios e coerção. A necessidade de tributar é uma força a favor da MPD praticamente ausente no Oriente Médio, mas há muito presente na Europa. Embora elas tenham sobrevivido à guerra e ao conflito étnico, as monarquias europeias — com sua necessidade de tributação e ausência de grandes e politicamente poderosas famílias reais — tornaram-se sujeitas a pressões políticas pró-MPD, como ilustram os casos da Suécia e da Dinamarca.

Regimes com características sultanescas — a Líbia de Muammar Gaddafi ou a Síria de Bashar al-Assad — não possuem uma opção de “saída pacífica”. Uma disputa séria de poder terminará ou com a morte do governante ou, caso consiga se manter no poder, com um sistema político devastado pela guerra civil. Uma partilha ou seu equivalente de fato pode ser um resultado no curto prazo; a democracia, não.¹² Monarquias constitucionais, em contraste, possuem a MPD como saída. Nesse cenário, o monarca deixa de governar, mas continua a reinar, e a mudança ocorre de maneira ordenada, com as pessoas, o prestígio e a propriedade da realeza permanecendo intactos. A monarquia segue como um símbolo da nação, suas tradições e sua unidade. Não há guerra civil e em nenhum momento a qualidade de “Estado” do país é posta em dúvida. A democracia surge como uma perspectiva crível.

Por que nenhum monarca árabe jamais escolheu essa opção?¹³ Não pode ser porque o Islã e a democracia são incompatíveis — mais de trezentos milhões de pessoas vivem em países de maioria muçulmana que são ao menos democracias eleitorais (Indonésia, Turquia, Senegal e Albânia).¹⁴

Marrocos

Talvez nossas cinco variáveis ajudem a lançar luz sobre a questão. Nosso contraste inicial será entre o país que argumentamos ter as condições mais favoráveis (mas, no momento em que escrevíamos este texto, ainda bastante insuficientes) para uma MPD, o Marrocos, e o principal país com as condições menos favoráveis, a Arábia Saudita. (Três pequenas monarquias do Golfo, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos foram ignoradas por questão de espaço, e porque seria redundante, dado que seus valores em nossas cinco variáveis-chave são essencialmente os mesmos que os da Arábia Saudita.)

O Marrocos está geograficamente próximo da Espanha (muitos cidadãos marroquinos trabalharam lá), e tem mais conhecimento do que qualquer outro lugar no mundo árabe da transição democrática espa-

nhola. Os marroquinos assistem à televisão espanhola. O rei Mohamed VI é pessoalmente próximo do rei Juan Carlos da Espanha, e conhece bem os diferentes fins que tiveram as monarquias espanhola e grega.

Visto inicialmente com desconfiança por alguns por ter sido indicado por Franco, Juan Carlos fortaleceu seu trono ao defender publicamente a democracia diante da breve tentativa de golpe de 23 de fevereiro de 1981. Na Grécia, em contraste, seu primo, o rei Constantino, havia ficado ao lado dos coronéis durante o golpe de 1967, que terminou com a abolição da monarquia via plebiscito após a restauração da democracia, em 1974. Caso o rei do Marrocos se visse diante de uma crise, seria de seu interesse seguir o exemplo de Juan Carlos em vez do de Constantino. Poderia uma crise ser um caminho possível para uma MPD no Marrocos?

Há aspectos singulares da monarquia do Marrocos que podem levar tanto a uma oposição democrática, caso estivesse pronta para governar, quanto a uma monarquia ameaçada utilizando tal opção de saída da crise. Considerados os “comandantes dos fiéis” e descendentes diretos de Maomé, os reis do Marrocos combinam carisma com legitimidade procedimental.¹⁵ Possuem mais prestígio pessoal do que os monarcas do Golfo. Mohamed VI ampliou suas credenciais reformistas em 2006 ao cooperar com uma coalizão de feministas e islamistas moderados para assegurar a aprovação unânime pelo parlamento marroquino do mais progressista código de família do mundo árabe depois do da Tunísia.¹⁶ Em uma mudança em direção à MPD ele provavelmente reteria grande parte de seu prestígio e influência, bem como algumas valiosas prerrogativas.

O arco político mais amplo do Marrocos possui alguns componentes positivos. Diferentemente da Arábia Saudita, eleições, partidos e parlamento são significativos. Os socialistas recentemente cumpriram um mandato inteiro como a principal coalizão do parlamento. O atual primeiro-ministro veio do Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD, na sigla em francês), uma composição com raízes islâmicas que emergiu

das eleições de novembro de 2011 como o maior partido do parlamento. Ele pretende ser conhecido como um partido muçulmano moderado, na mesma linha de grupos que assim se identificam na Turquia (o Partido Justiça e Desenvolvimento turco, ou AKP) e Tunísia (o Partido da Renascença).

A “Primavera Árabe” chegou no Marrocos na forma dos protestos de 20 de fevereiro de 2011. As manifestações, agora chamadas de M20, ocorreram em 53 cidades, e foram as maiores da história do Marrocos. Infelizmente para as chances de avanço da democracia, escreve o importante analista político Ahmed Benchemsi (antigo editor do principal semanário marroquino, *TelQuel*, agora exilado), “o dia 20 de fevereiro nunca fora uma extensão dos partidos políticos estabelecidos ou de organizações da sociedade civil. Pelo contrário: seus líderes sempre insistiram na sua independência em relação aos grupos políticos existentes”.¹⁷

Entendemos que o M20 cometeu um grave erro ao clamar por mudanças constitucionais sem também demandar eleições livre e justas para uma assembleia constituinte. Isso permitiu ao rei cooptar a iniciativa. Em importante discurso no dia 9 de março, Mohamed VI propôs mudar a constituição para tornar explícito que, após uma eleição, o maior partido do parlamento é o primeiro ao qual o monarca precisa consultar para formar um governo. Ele também propôs que o *tamazight*, a língua tradicional dos berberes, a maior e por vezes a mais inquieta minoria étnica do Marrocos (os berberes estavam bem representados no M20), recebesse reconhecimento como uma língua oficial do Estado. Um referendo convocado às pressas em julho de 2011 aprovou por maioria esmagadora todas as propostas do rei, tornando-as parte da constituição.

Onde se encontra o Marrocos hoje, três anos após os protestos de fevereiro de 2011 e das mudanças constitucionais do rei, quando visto sob a luz de nossa tabela? Uma análise atenta do que foi mudado pelo referendo e o que não foi deixa claro que o Marrocos certamente *não é*

uma MPD, nem se move nessa direção. Uma característica definidora da MPD, lembremos, é que “*somente* o parlamento eleito de maneira livre forma e encerra o governo”. No Marrocos, o rei não abriu mão de seu poder de escolher os representantes dos principais ministérios (Defesa, Interior, Relações Exteriores, Justiça e Religião), nem sofre muita pressão para fazê-lo.

De fato, alega Benchemsi, a nova constituição, elaborada por conselheiros do rei, contém ambiguidades e lacunas suficientes para que o rei na prática ainda “indique o primeiro-ministro e os membros dos ministérios como quiser, tenha o poder de dissolver o parlamento por qualquer motivo e controle os membros do Judiciário, que fazem justiça em seu nome”.¹⁸ O *makhzen* (palácio real) também detém poder e exerce influência de maneira excessiva, completamente incompatível com a MPD.

Atualmente, as perspectivas de intensificação da pressão política parecem menores do que há três anos. Muitos jovens desempregados continuam a escolher “saída” em vez de “voz”: ao menos um décimo da população do Marrocos trabalha no exterior, a maior parte na Europa. Boa parte da classe empresarial do país se sente confortável com o rei, vendo-o como alguém relativamente competente, legítimo e (mais importante) seguro à luz de seus interesses.

No entanto, alguns especialistas especulam que a falta de mudança pode levar a uma explosão. Tal explosão (como aquela na Rússia e na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial ou no Irã em 1978) obviamente anularia a opção de uma MPD ao destruir a monarquia.

Caso o rei sofresse intensa pressão para permitir que outros tentassem governar de maneira mais eficiente e democrática, entretanto, resta a possibilidade teórica e empírica de que tal pressão possa acabar removendo-o do poder, mas mantendo-o (ou seu sucessor constitucionalmente designado, seu filho de dez anos) como um monarca que reina, mas não governa. Na prática, então, o Marrocos se tornaria uma MPD.

Em sua análise crítica a Mohamed VI, Benchemsi argumenta que, durante a Primavera Árabe, os tunisianos e egípcios exigiram a saída de seus respectivos chefes de Estado. Porém

[...] manifestantes marroquinos eram incapazes de fazer tal demanda. Há três razões principais para isso. Primeiro, a monarquia marroquina possui uma profunda legitimidade, baseada em doze séculos de história. Segundo, o atual rei, por mais que seja não democrático, não reprimiu seu povo ou se comportou de maneira tirânica o bastante para elevar um sentimento geral revolucionário entre seus súditos. Por fim, os marroquinos atribuem amplamente à monarquia a coesão de sua população étnica e culturalmente diversa. Se esse símbolo de unidade desaparecesse, acreditavam eles, de maneira correta ou não, a nação se desintegraria, dissolvendo-se em sangrentos conflitos sectários. Quaisquer que fossem suas convicções e ideologias, os ativistas marroquinos estavam bastante cientes de que exigir o fim da monarquia alienaria a grande maioria de seus seguidores. [...] Remover o rei não é uma opção viável.¹⁹

Caso surjam circunstâncias nas quais atores-chave julguem que não poderiam permitir que um monarca impopular e ineficiente continuasse governando, mas também sintam que o fim da monarquia como um todo seja um passo ruim, a criação de uma MPD pode emergir como a “saída” mais viável. Ainda assim, essa opção apenas será escolhida se, no curso da próxima década, os partidos políticos do Marrocos (como aqueles da Europa Ocidental há mais de um século) puderem começar a agir como um sucessor crível. Se assumirmos que isso possa acontecer — e, neste momento, está é uma conjectura ousada —, então pode se tornar altamente relevante o fato de que as condições do Marrocos são potencialmente mais “favoráveis”, à luz de nossas cinco variáveis-chave, do que as condições em qualquer outra monarquia árabe.

A família real do Marrocos é pequena e não é especialmente poderosa. Mohamed VI possui apenas um irmão (que não ocupa cargo no governo senão um par de patentes militares sem importância) e um fi-

lho de dez anos. Michael Herb afirma categoricamente que os parentes do rei do Marrocos “não possuem qualquer tipo de monopólio sobre os principais cargos ministeriais”.²⁰ Na Arábia Saudita, em contraste, pode haver até sete mil príncipes, e figuras importantes entre elas comandam os principais ministérios governo. O fundador do atual regime, Ibn Saud (1876–1953), possuía 22 esposas e 45 filhos. A maioria de seus filhos também possuía inúmeras esposas e muitos filhos. Desde a morte de Ibn Saud, há mais de sessenta anos, todo rei saudita foi um de seus filhos, incluindo o atual ocupante do trono, Abdullah, de 89 anos. O herdeiro presuntivo, príncipe Salman, o meio-irmão de 78 anos de Abdullah, é também o primeiro vice-premier da Arábia Saudita e seu ministro da Defesa. “Diz-se que a família real estendida”, escreve um observador da imprensa, “inclui aproximadamente trinta mil membros”, que controlam quase todos os cargos importantes do governo.²¹

No que se refere à variável tributação, Herb classifica o Marrocos e Jordânia como as únicas monarquias árabes que não são Estados rentistas. O Estado saudita flutua sobre um mar de dinheiro vindo do petróleo, e cidadãos não pagam impostos sobre a renda. O Marrocos possui uma estrutura tributária progressiva que chega a 38% na faixa superior de renda. Por conta da necessidade de tributar seus cidadãos, a monarquia marroquina possui um ponto de contato clássico para realizar acordos com a sociedade, como o que promoveu a democracia na Europa Ocidental. Não há tal ponto de contato na Arábia Saudita.

Quanto à variável étnica e religiosa, o rei do Marrocos é o “comandante dos fiéis” e, portanto, possui ligações com o ulemá,** mas ele, ou seu sucessor, teria um grau muito maior de liberdade para optar por uma MPD do que o rei saudita, cuja família está envolvida em uma aliança de longo prazo com poderosos grupos fundamentalistas, como os *wahhabis*.²² ***

** Líder religioso dos muçulmanos, versado em leis e religião. [N. T.]

*** Movimento fundamentalista islâmico. [N. T.]

Por fim, chegamos à variável internacional. Os principais aliados do Marrocos são a França, a Espanha e os Estados Unidos. Parece seguro prever que, caso as condições internas se tornem favoráveis a uma mudança em direção a uma MPD, essas três potências a apoiariam.

Kuwait

Além do Marrocos, a monarquia árabe que antes da Primavera Árabe parecia mais bem posicionada para uma mudança em direção a uma MPD era a do Kuwait. Esse emirado do Golfo iniciara o caminho para longe do absolutismo e em direção aos princípios de uma monarquia constitucional durante a primeira metade do século XX — bem antes de Marrocos. O motivo eram os impostos. Durante boa parte do século XIX, os mercadores costeiros dominavam os negócios kuwaitianos de tal forma que a família reinante al-Sabah não conseguia coletar nenhum imposto e dependia, portanto, das “doações voluntárias [dos mercadores], [...] feitas explicitamente em troca de serviços prestados”.²³ Em 1938, os comerciantes criaram um *majlis* (parlamento), e usaram-no para levantar fundos (na forma de obrigações aduaneiras) para melhorias municipais, uma força policial, e “as bases para o moderno Estado kuwaitiano”.²⁴

Os Sabah conseguiram posteriormente retomar muitos poderes, mas, como observa Michael Herb, até hoje “o Kuwait realiza eleições parlamentares livres e justas de maneira geral, com sufrágio quase universal”.²⁵ F. Gregory Gause, um pesquisador atento do país, observa que “o parlamento kuwaitiano pode remover do cargo ministros e até mesmo o primeiro-ministro. Até hoje, ou o ministro pediu exoneração antes da votação, ou o ministério inteiro renunciou”.²⁶ De fato, desde 2006, pressões vindas da sociedade e do parlamento “obrigaram o emir a dissolver seu governo [...] mais de dez vezes, e realizar novas eleições legislativas cinco vezes”.²⁷

Por mais que possa parecer impressionante, não foi o bastante para elevar o Kuwait ao status de MPD. O problema não é um conflito étnico ou religioso ou aliados inúteis. Amaney Jamal argumenta que o islamismo militante no Kuwait (diferentemente da maioria dos países árabes) não é ameaçador o bastante para fazer com que tanto a classe média do país ou aliados poderosos, como os Estados Unidos, oponham-se à democratização.²⁸ O problema é o tamanho da família no poder e os importantes cargos que ela ocupa. O emir é o chefe de Estado. Ele indica um membro da família para ser o primeiro-ministro, e os parentes do emir e do primeiro-ministro sempre ocupam todos os principais cargos ministeriais, permitindo-os bloquear qualquer tentativa de transformar o Kuwait em uma MPD.²⁹

As coisas poderiam ser diferentes caso a oposição fosse capaz de produzir uma maioria parlamentar numerosa e coerente, mas esse não tem sido o caso. Além disso, “nenhum grupo organizado no Kuwait manifesta o desejo de derrubar a monarquia ou de empregar a violência para mudar o *status quo*. Não há hoje no Kuwait nenhuma ameaça de revolução das forças armadas, do braço político do islã ou de qualquer outro setor”.³⁰ A explicação para essa situação pode ser encontrada em duas palavras: “petróleo” e “impostos”. O Kuwait possui muito do primeiro, e pouco do último.

Descrever o Kuwait como um “petro-Estado” é um eufemismo. Ele exporta três vezes mais petróleo por habitante do que seu vizinho maior, a Arábia Saudita. De 1972 a 1999, o Kuwait excedeu todos os outros estados rentistas em relação à participação da venda de seu principal recurso natural na receita governamental (88%).³¹ Como a Arábia Saudita, o Kuwait não possui imposto sobre a renda — de fato, mal existem tributos de qualquer natureza — e, portanto, não há preocupação em relação a protestos relacionados a impostos como fonte de demanda de mudança política. Protestos existem, mas dizem respeito a assuntos como o sistema eleitoral e dissoluções do parlamento.

Graças à indústria do petróleo e à riqueza trazida por ela, o desemprego é baixo para os padrões regionais, e os cidadãos gozam de inúmeros subsídios públicos. Dois terços de todos os residentes não possuem cidadania no país. Eles ganham menos do que cidadãos kuwaitianos, mas ainda assim ganham bem pelos padrões mundiais. Herb argumenta que tais circunstâncias demográficas são uma razão importante pela qual pressões por mudanças políticas elementares são tão fracas por parte de cidadãos e não cidadãos. Em sua avaliação, os membros da família al-Sabah “protegem os cidadãos de uma (potencial) democracia da maioria não cidadã, e protege os não cidadãos de uma democracia da minoria cidadã. Esta é a base na qual está construído um autoritarismo duradouro”.³²

Bahrein

Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, por medo de perder o trono, o monarca do Bahrein viu-se diante de uma crise latente que o impediu de fazer concessões ao constitucionalismo. Uma década mais tarde, nenhuma monarquia árabe sofreu pressão maior durante a Primavera Árabe do que o Bahrein. Nas eleições de outubro de 2010 para a câmara baixa, realizadas pouco *antes* dos primeiros protestos na Tunísia, as forças de oposição oriundas das linhas sectárias do Bahrein (o maior grupo era o partido islâmico xiita al-Wifaq, mas também havia sunitas na oposição) conquistaram 18 ou 19 dos 40 assentos, apesar de uma demarcação deliberada dos distritos eleitorais com vistas a prevenir uma maioria xiita. Quando o monarca bloqueou reformas que limitavam o poder de veto da câmara alta da pequena ilha, cujos membros eram apontados pelo rei, o que asseguraria maior influência da câmara baixa sobre as indicações ministeriais e faria mais uso dos recursos do Estado para beneficiar a maioria xiita do Bahrein, a oposição tomou as ruas.

Durante o auge, estima-se que um de cada cinco cidadãos do Bahrein tenha participado dos protestos da Praça da Pérola no início

de 2011 — tornando-os proporcionalmente os maiores da Primavera Árabe. Em 2001, o rei havia prometido instituir uma monarquia constitucional, com separação de poderes. No início das manifestações de 2011, o rei nomeou seu filho, o príncipe herdeiro — uma figura de reputação conciliatória —, para negociar algumas mudanças. Caso o rei tivesse consentido com as demandas por reforma que atingiram seu ápice uma década após a promessa feita em 2001, o Bahrein teria dado um importante passo em direção à MPD. Em vez disso, foi dado um importante passo para trás em direção ao absolutismo, com uma violenta repressão à vista.

Para entendermos por que as coisas deram tão errado no Bahrein, é importante olhar para as outras quatro variáveis além da pressão política (que foi grande). Juntas, as quatro criaram condições negativas que a pressão pró-MPD não foi capaz de superar. Os Khalifa, a família dinástica governante do Bahrein, vem da minoria sunita. O mesmo membro linha-dura e alinhado aos sauditas da família — tio do atual rei bareinita — é o primeiro-ministro desde 1970. Ele se opôs ao movimento reformista e aos protestos, com forte presença xiita em ambos. Com o apoio do rei, os membros da família al-Khalifa ocupam quase metade dos 25 cargos ministeriais e comandam todos os principais ministérios. Houve poucos ministros da maioria xiita do Bahrein, e certamente nenhum deles jamais ocupou um importante ministério. As forças de segurança são firmemente ocupadas pelos sunitas e pela família real; seu comandante (outro al-Khalifa) foi uma das pessoas pertencentes ao círculo governante que defenderam a repressão e se opuseram à acomodação.³³

Quanto à nossa variável “tributar ou não tributar”, a receita estatal do Bahrein advinda de tributos é zero. Desde o início de 2010, quatro quintos da receita do governo vêm do petróleo, a maior parte do qual vem de um campo sob administração saudita. A vizinha Arábia Saudita — como o Bahrein, uma monarquia sunita — é de longe o mais importante aliado do Bahrein. Com o consentimento da maioria dos

Khalifa, a Arábia Saudita enviou mil tropas bem armadas através da ponte para impedir os dois cenários abominados por Riad: uma revolução liderada pelos xiitas ou uma MPD. Desse modo, uma grande família dinástica, tensões sectárias e a dependência em relação a um aliado avesso a reformas se juntaram para impedir o movimento em direção a uma MPD no Bahrein.

Jordânia

Como o Marrocos, a Jordânia se destaca entre as monarquias árabes devido à ausência de uma grande família dinástica governante. Também é praticamente desprovida de depósitos de petróleo, e precisa que seus cidadãos paguem tributos sobre, entre outras coisas, sua renda pessoal. O país precisa viver dentro dos limites impostos por recursos limitados: estimulado pelo Fundo Monetário Internacional, o rei Abdullah II relutantemente cortou diversos subsídios oferecidos à população, e enxugou a folha de pagamentos do Estado ao mesmo tempo em que aumentou impostos sobre os combustíveis. Essas medidas de austeridade fiscal têm sido dolorosas o bastante para que até mesmo as tribos beduínas ao sul, há muito firmes apoiadoras da monarquia hachemita, protestassem.

Se olharmos para o histórico do rei Abdullah, de 52 anos, podemos pensar que ele consideraria responder a essas pressões com alguma variante de MPD que tão bem conhece, graças a seus extensos laços pessoais e educacionais com a Inglaterra e os Estados Unidos. Em entrevistas, ele repudia “monarquias absolutistas”, embora permaneça livre para demitir primeiros-ministros e possa dissolver quando bem entender a Assembleia Nacional parcialmente eleita.³⁴ Em 2011, escreveu: “O futuro da Jordânia dita que sigamos em frente com a democratização para garantirmos que todos os jordanianos sintam que possuem voz em seu governo”. Apesar disso, rapidamente citou como uma barreira a tal progresso “a terrível situação regional, que frequentemente traz desafios que tornam prioridades a segurança e a estabilidade”.³⁵

Em nossos termos, ele falava sobre o efeito interativo de três variáveis — divisões étnicas, pressão política e atores internacionais — que são muito menos amigáveis à MPD no caso da Jordânia do que no Marrocos. Como Bahrein, a Jordânia exibe uma antiga e profunda clivagem entre uma minoria favorecida pelo palácio (nesse caso, a parte da população na margem oriental do rio Jordão, essencialmente tribal) e uma maioria (nesse caso, aqueles com raízes na Cisjordânia, a maior parte palestina). Em setembro de 1970, o pai de Abdullah, rei Hussein, usou o Exército da Jordânia (essencialmente tribal) para defender seu trono. Durante a guerra civil de 1970–1, foi a presença armada da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) na Jordânia que deu início ao conflito. A Jordânia havia perdido a Cisjordânia para Israel em 1967. Em 1970–1, o exército jordaniano expulsou as unidades de guerrilha da OLP para o Líbano.

Nesse contexto de grave clivagem étnica, Abdullah II deu continuidade ao costume de manter os habitantes da margem oriental do rio de fora dos principais cargos de segurança do Estado. O rei também permitiu o redesenho dos distritos eleitorais, de maneira a permitir a super-representação dos habitantes da margem oriental e sub-representação dos da margem ocidental (Cisjordânia) na câmara baixa. Dessa forma, conquistar um assento em Amã, região predominantemente palestina, requer quatro vezes mais votos do que é tipicamente necessário em redutos beduínos, como nas cidades de Karak, Tafilah e Ma'an, ao sul. O palácio também desempenhou um papel na construção de um sistema eleitoral baseado no voto único não transferível, que não é usado em nenhuma outra parte do mundo além do Afeganistão. O sistema favorece a eleição de líderes individuais (na Jordânia, frequentemente líderes tribais), e torna difícil a formação de amplas coalizões de partidos entre palestinos.³⁶ O *status quo* da lei eleitoral impede uma representação justa da maioria etnicamente palestina da Jordânia e, ao fazê-lo, dá aos habitantes não palestinos da margem oriental uma razão para não pressionarem por

reformas democráticas que poderiam submetê-los ao comando de uma maioria hostil.

Voltando-nos para a variável dos atores internacionais, imediatamente notamos que a Jordânia situa-se em uma posição geopolítica estratégica — e vulnerável —, fazendo fronteira com Israel, a Autoridade Palestina, Síria, Iraque, Arábia Saudita e Egito. Em 1994, a Jordânia se tornou o único país de maioria árabe além do Egito a reconhecer e assinar um tratado de paz com Israel. Após ter recebido 420 mil refugiados iraquianos ao longo da última década, a Jordânia (que possui apenas 5 milhões de cidadãos) agora lida com os refugiados de guerra da Síria, estimados em meio milhão de pessoas. Autoridades jordanianas alertam publicamente que militantes islâmicos podem ter se infiltrado na Jordânia ao se juntar a essa massa de refugiados. Com isso em vista, nem os Estados Unidos nem a União Europeia, os dois principais aliados de Amã, têm se mostrado inclinados a pressionar por uma MPD. Enquanto isso, o valor atribuído ao papel da Jordânia enquanto fonte de estabilidade em uma região vital, ainda que instável, levou o país a se tornar o terceiro maior recipiente de ajuda externa per capita dos Estados Unidos (com base em números de 2011), atrás apenas de Israel e do Afeganistão. Juntamente com esse apoio material, tanto Washington quanto Bruxelas frequentemente oferecem apoio ideológico na forma de elogios às reformas “modernizantes” e “democratizantes” empreendidas pelo rei Abdullah.

Levando-se tudo isso em conta, onde a Jordânia se situa em nossa tabela? Abdullah não está comandando nada parecido com uma MPD. Mesmo após as reformas constitucionais de 2011, que constituem a resposta do palácio à Primavera Árabe — elaboradas por uma comissão real antes de sua aprovação pelo parlamento —, a câmara alta continua sendo integralmente indicada pelo rei (artigo 36), e possui poder de veto em relação à câmara baixa (artigo 91). O rei sinalizou que planejava consultar a legislatura antes de nomear um primeiro-ministro — algo inédito na Jordânia. (Dez homens, todos eles “independen-

dentes” em relação a partidos políticos, ocuparam o cargo a pedido de Abdullah desde que ele começou seu reinado, em fevereiro de 1999.) Não obstante as promessas reais, a Constituição de 2011 ainda afirma que “o Rei indica o Primeiro-Ministro, podendo destituí-lo” (artigo 35), e que “o Rei pode dissolver a Câmara de Deputados” (artigo 24).

Mesmo que não seja uma MPD, estará a Jordânia se democratizando? Não se “democratizar” significar que direitos políticos estejam se ampliando. De 1991 a 1994, a nota dada pela Freedom House à Jordânia para direitos políticos (sendo 1 a melhor nota, e 7 a pior) foi de 3,8 na média. Ainda assim, pela maior parte do ciclo mais recente de quatro anos, 2010 a 2013, a média da Jordânia para direitos políticos deteriorou para abismais 6,0, o que a Freedom House classifica como território “não livre”, e coloca o país no mesmo grupo de Irã, Afeganistão, Argélia, Camboja e quatro outras monarquias (Bahrein, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos). A Arábia Saudita recebeu a pior nota possível, 7,0.

* * * * *

Uma das últimas questões que fizemos a Juan Linz enquanto trabalhávamos neste ensaio juntos, apenas três dias antes de sua morte, em 1º de outubro de 2013, foi o que ele considerava ser algumas das implicações para os países árabes deste artigo que quase havíamos concluído. Sempre o analista político que explorava possibilidades, Linz respondeu: “A criação de uma MPD sempre levou bastante tempo. As pessoas deveriam continuar tentando, gerando mais pressões políticas.”

Notas

1. Sobre a carência de estudos comparados com foco na monarquia, ver Juli F. Minoves, “Monarchy, a Democratic Paradox: The Head of State in European Parliamentary Democracies” (tese de doutorado, Universidade Yale, 2011), p. 3; e Michael Herb, “Princes and Parliaments in the Arab World”, *Middle East Journal*, 58(3), Summer 2004, p. 369.

2. W. M. Spellman, *Monarchies: 1000–2000* (Londres: Reaktion, 2001), p. 217.
3. *Ibid.*
4. Vernon Bogdanor, *The Monarchy and the Constitution* (Nova York: Oxford University Press, 1995), p. 32.
5. Bogdanor, *op. cit.*, p. 131. Ver também p. 316, onde Bogdanor observa que o rei George V considerava à época não apenas vetar a *Home Rule*, mas também dissolver o governo.
6. Michael Herb, *All in the Family: Absolutism, Revolution, and Democracy in the Middle Eastern Monarchies* (Albany: SUNY Press, 1999), cap. 1, 2, 9 e 10.
7. Minoves, *op. cit.*, pp. 25–28.
8. Sobre questões nacionalistas na Áustria-Hungria, ver Robin Okey, *The Habsburg Monarchy c. 1765–1918: From Enlightenment to Eclipse* (Nova York: St. Martin's, 2001), pp. 283–309.
9. Hugh Seton-Watson, *The Decline of Imperial Russia, 1855–1914* (Londres: Methuen, 1952), pp. 231–45.
10. Dankwart A. Rustow, *The Politics of Compromise: A Study of Parties and Cabinet Government in Sweden* (Princeton: Princeton University Press, 1955), p. 68. Ver também Nils Andrén, *Modern Swedish Government* (Estocolmo: Almqvist and Wiksell, 1961), p. 105; e Raymond Fusilier, *Les monarchies parlementaires* (Paris: Editions Ouvrières, 1960), pp. 79 e 200.
11. Max Weber, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, vol. 1 (Berkeley: University of California Press, 1978), pp. 247–48. Ele afirma que a primogenitura “facilitou enormemente a consolidação de grupos políticos, ao eliminar a luta entre uma pluralidade de candidatos da mesma família carismática.”
12. Sobre as características sultanescas da Líbia e da Síria, e o isolamento das saídas pacíficas lá, ver Alfred Stepan e Juan J. Linz, “Democratization Theory and the ‘Arab Spring’”, *Journal of Democracy*, 24(2), abril de 2013, pp. 26–28.
13. Ver Sean L. Yom e F. Gregory Gause III, “Resilient Royals: How Arab Monarchies Hang On”, *Journal of Democracy*, 23(4), outubro de 2012, pp. 74–88.

14. Alfred Stepan, “Rituals of Respect: Sufis and Secularists in Senegal in Comparative Perspective”, *Comparative Politics*, 44(4), julho de 2012, pp. 390–91.

15. Elbaki Hermassi, *Leadership and National Development in North Africa: A Comparative Study* (Berkeley: University of California Press, 1972), pp. 45 e 71.

16. Katie Zoglin, “Morocco’s Family Code: Improving Equality for Women”, *Human Rights Quarterly*, 31(4), novembro de 2009, pp. 964–84.

17. Ahmed Benchemsi, “Morocco’s Makhzen and the Haphazard Activists”, in: Lina Khatib e Ellen Lust, (Ed.), *Taking to The Streets: The Transformation of Arab Activism* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014), p. 206.

18. Benchemsi, *op. cit.*, p. 206.

19. Benchemsi, *op. cit.*, pp. 224–25.

20. Herb, *All in the Family*, p. 222.

21. Karen Elliot House, *On Saudi Arabia: Its People, Past, Religion, Fault Lines—and Future* (Nova York: Vintage, 2012), p. 125.

22. Para uma análise bem informada e menos otimista, ver Ahmed Benchemsi, “Morocco: Outfoxing the Opposition”, *Journal of Democracy*, 23(1), janeiro de 2012, pp. 57–69.

23. Herb, *All in the Family*, p. 69.

24. Herb, *All in the Family*, p. 72.

25. Michael Herb, “A Nation of Bureaucrats: Political Participation and Economic Diversification in Kuwait and the United Arab Emirates”, *International Journal of Middle East Studies*, 41(3), agosto de 2009, p. 379.

26. Comunicação pessoal com F. Gregory Gause, janeiro de 2014.

27. Yom e Gause, “Resilient Royals”, p. 79.

28. Amaney Jamal, *Of Empires and Citizens: Pro-American Democracy or No Democracy at All?* (Princeton: Princeton University Press, 2012), pp. 89–102.

29. Em relação ao controle por mais de seis décadas dos principais cargos governamentais do Kuwait pela família no poder, ver Herb, *All in the Family*, p. 80 e 85, figuras 4.6 e 4.7.

30. Herb, *All in the Family*, 158.

31. Ver Michael Herb, “No Representation Without Taxation? Rents, Development, and Democracy”, *Comparative Politics*, 37(3), abril de 2005, p. 299, tabela 3.

32. Herb, “A Nation of Bureaucrats”, p. 392.

33. Sobre o Bahrein, ver Lin Noueihed e Alex Warren, *The Battle for the Arab Spring: Revolution, Counter-Revolution and the Making of a New Era* (New Haven: Yale University Press, 2012), pp. 135–63.

34. A citação vem de sua entrevista com Jeffrey Goldberg, “The Modern King in the Arab Spring”, *The Atlantic*, abril de 2013.

35. Para essas citações, ver Rei Abdullah II da Jordânia, *Our Last Best Chance: The Pursuit of Peace in a Time of Peril* (Nova York: Viking, 2011), pp. xvii e 174–75.

36. Ellen Lust-Okar, “Reinforcing Informal Institutions Through Authoritarian Elections: Insights from Jordan”, *Middle East Law and Governance*, 1(1), 2009, pp. 3–37.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>